



Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex

**Projeto do
Curso De Pós-Graduação Lato Sensu
Direito Processual Civil: O Novo CPC
TURMA - 1**

Brusque, dezembro de 2015.

Sumário

Conteúdo

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	3
1.1	Nome do Curso:	3
1.2	Área do Conhecimento:.....	3
1.3	Coordenação do Curso:	3
2	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	4
2.1	Período de Realização:	4
2.2	Carga Horária:	4
2.3	Base Legal do Curso.....	4
2.4	Autorização do Curso:.....	4
2.5	Oferta do Curso:.....	4
2.6	Número de Vagas/Público Alvo:	5
3	JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO	6
3.1	Justificativa:	6
3.2	Objetivos:.....	6
4	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	7
4.1	Matriz Curricular:	7
4.2	Ementário das Disciplinas	7
4.3	Dados relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso.....	16
4.4	Dados Estatísticos do Corpo Docente.....	23
4.5	Metodologia de Ensino	24
5	RECOMENDAÇÕES.....	27

1 Identificação do Curso

1.1 Nome do Curso

Direito Processual Civil: O Novo CPC

1.2 Área do Conhecimento

Direito Processual Civil

1.3 Coordenação do Curso

1. Clenio Jair Schulze

Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica (Univali). Juiz federal.

Contatos: clenio.schulze@trf4.jus.br

(47)91389506

2. Oscar Valente Cardoso

Doutorando em Direito (UFRGS). Mestre em Direito e Relações Internacionais (UFSC), Especialista em Direito Processual Civil (UNISUL). Juiz federal.

Contatos: ovcardoso@hotmail.com

(48) 9952-3010 e (44) 9952-3012

3. Gislaïne Carpena - Representante da UNIFEBE

Mestre em Ciência Jurídica (Univali). Professora e Advogada.

Contatos: gcarpena@ig.com.br

(47)9195-8116 e (47) 9171-5574

2 Caracterização do Curso

2.1 Período de Realização

Data de Início: 01.04.2016

Data de Término: 22.07.2017

Horário e Turno: sexta-feira à noite, das 18h00m às 22h; sábados, das 8h às 12h e à tarde das 13h às 17h.

2.2 Carga Horária

Sexta-feira à noite, das 18h às 22h (equivalente a 4 horas); sábados, das 8h às 12h (equivalente a 4 horas) e à tarde das 13h às 17h (equivalente a 4 horas), perfazendo 12 horas por final de semana. **Total de 360 horas/aula.**

2.3 Base Legal do Curso

- Resolução nº 100, de 22 de novembro de 2011, do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina homologada e publicada pelo Decreto nº 858, de 06/03/12, publicado no Diário Oficial em 07/03/12.
- Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011.

2.4 Autorização do Curso

Parecer Consuni nº 64/2015, de 09/12/15.

Resolução CA nº

2.5 Oferta do Curso

Curso ocasional, oferecido pela 1ª vez.

2.6 Número de Vagas

Mínimo = 18

Máximo = 50

2.7 Clientela / Público Alvo

O Curso é destinado especialmente aos bacharéis em Direito, independentemente da profissão exercida. Busca-se um amplo público alvo interessado no novo Código de Processo Civil, por razões profissionais, acadêmicas, de conhecimento e atualização nas novas normas processuais cíveis que entrarão em vigor em todo o território nacional em 18 de março de 2016.

3 Justificativa e Objetivos do Curso

3.1 Justificativa

O mercado de trabalho exige atualização constante e uma visão sistêmica. A UNIFEBE em Convênio firmado junto à Associação dos Juizes Federais de Santa Catarina - AJUFESC promoverá especialização em Direito Processual Civil visando atualizar e aprofundar o conhecimento do aluno considerando o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor em março/2016, especialmente associando-o as outras áreas do Direito, tais como o Direito Constitucional, as Leis Especiais, o Processo Tributário e Trabalhista, possibilitando ao aluno melhor colocação na vida profissional.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

O Curso tem o objetivo fundamental de capacitação dos alunos para interpretar e aplicar o novo Código de Processo Civil. Tem ainda como objetivo aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos diante do novo Código de Processo Civil, permitindo ao especialista o adequado desempenho profissional.

3.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar o novo Código de Processo Civil e os temas ligados à nova legislação;
- Estimular a compreensão do novo Código de Processo Civil, fundada no diálogo dos princípios constitucionais; e
- Estimular os alunos a buscar soluções na doutrina e na jurisprudência acerca das questões processuais atuais.

4 Estrutura e Funcionamento do Curso

4.1 Matriz Curricular

Disciplina	Professores	Título/IES	C/H	Aulas
Normas Fundamentais do Processo Civil	Oscar Valente Cardoso ¹	Mestre	24	01.04.2016 02.04.2016 15.04.2016 16.04.2016
Sujeitos do Processo e Intervenção de Terceiros	Gislaine Carpena ²	Mestre	24	29.04.2016 30.04.2016 13.05.2016 14.05.2016
Metodologia da Pesquisa	Daniela Tomio ³	Doutora	12	03.06.2016 04.06.2016
Atos Processuais e Tutela Provisória	Zenildo Bodnar ⁴	Doutor	24	17.06.2016 18.06.2016 01.07.2016 02.07.2016
Procedimento Comum: Instauração e Saneamento	Vicente de Paula Ataíde Junior ⁵	Doutor	24	15.07.2016 16.07.2016 29.07.2016 30.07.2016
Procedimento Comum: Instrução e Decisão	Vilian Bollmann ⁶	Mestre	24	12.08.2016 13.08.2016 26.08.2016 27.08.2016
Liquidação e Cumprimento de Sentença	Vicente de Paula Ataíde Junior ⁷	Doutor	12	09.09.2016 10.09.2016
Procedimentos Especiais	Luiz Gustavo Lovato	Mestre	24	23.09.2016 24.09.2016 07.10.2016 08.10.2016
Processos de Execução	Vicente de Paula Ataíde Junior ⁸	Doutor	12	21.10.2016 22.10.2016
Processos nos Tribunais – Recursos	Oscar Valente Cardoso ⁹	Mestre	24	04.11.2016

¹ Professor confirmado.

² Professora confirmada.

³ Professora confirmada.

⁴ Professor confirmado.

⁵ Professor confirmado.

⁶ Professor confirmado.

⁷ Professor confirmado.

⁸ Professor confirmado.

⁹ Professor confirmado.

				05.11.2016 18.11.2016 19.11.2016
Precedentes Judiciais	Oscar Valente Cardoso ¹⁰	Mestre	12	02.12.2016 03.12.2016
Processos nos Tribunais - Ações de Competência Originária	Luiz César Medeiros	Mestre	12	03.02.2017 04.02.2017
Reflexos do novo CPC nas Leis Processuais Especiais	Pedro Miranda de Oliveira	Doutor	24	17.02.2017 18.02.2017 03.03.2017 04.03.2017
Reflexos do novo CPC nos Juizados Especiais	Vilian Bollmann ¹¹	Mestre	24	17.03.2017 18.03.2017 31.03.2017 01.04.2017
O novo Processo Constitucional	Clenio Jair Schulze ¹²	Mestre	24	07.04.2017 08.04.2017 05.05.2017 06.05.2017
Reflexos do novo CPC no Processo Tributário	Gislaine Carpena	Mestre	24	19.05.2017 20.05.2017 02.06.2017 03.06.2017
Reflexos do novo CPC no Processo Trabalhista	Desirré Bollmann ¹³	Mestre	24	23.06.2017 24.06.2017 07.07.2017 08.07.2017
Metodologia do Ensino	Daniela Tomio ¹⁴	Doutora	12	21.07.2017 22.07.2017
Total de Horas			360	

4.2 Ementa e Referência básica das disciplinas:

4.2.1 Nome: Normas Fundamentais do Processo Civil

Ementa: Normas fundamentais do processo: premissas do Novo CPC. Legislação processual civil à luz da garantia constitucional da razoável duração dos processos. Sistema principiológico e sua estruturação. Adoção e importância dos princípios nos

¹⁰ Professor confirmado.

¹¹ Professor confirmado.

¹² Professor confirmado.

¹³ Professora confirmada.

¹⁴ Professora confirmada.

julgamentos no Brasil. Mudança paradigmática na aplicação do direito: fundamentos do sistema cooperativo de processo. O acesso à justiça e o modelo multiportas no novo CPC: meios integrados de solução dos conflitos. Conciliação e mediação. Justiça Restaurativa.

Referências:

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro; PINHO, Humberto Dalla Bernardina (coord.). Novo Código de Processo Civil anotado e comparado. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. Novo CPC: fundamentos e sistematização. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

4.2.2 Nome: Sujeitos do Processo e Intervenção de Terceiros

Ementa: Sujeitos do Processo. Substituição Processual. Assistência e Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros/*Amicus Curiae*.

Referências:

AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do novo CPC. São Paulo: RT, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2015.

4.2.3 Nome: Atos Processuais e Tutela Provisória

Ementa: Atos Processuais. As tutelas provisórias no contexto da efetividade. Tutelas provisórias de urgência e de evidência. Tutelas de urgência: cautelar e antecipatória. Sistematização das liminares. Tutelas de urgência e devido processo legal. Possibilidade da estabilização da tutela de urgência. Revisão da tutela estabilizada.

Referências:

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil. v. 2. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC: inovações, alterações, supressões comentadas. São Paulo: Método, 2015.

4.2.4 Nome: Procedimento Comum: Instauração e Saneamento

Ementa: Estrutura do procedimento no processo de conhecimento. Fases procedimentais: postulatória, saneadora, instrutória e decisória. Procedimentos na

perspectiva da celeridade e da efetividade processual. Procedimento comum cooperativo no Novo CPC. Petição inicial. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta do réu. Julgamento conforme o estado do processo.

Referências:

RIBEIRO, Darci Guimarães; JOBIM, Marco Félix (org.). Desvendando o novo CPC. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARRO, Luís Antônio Giampaulo (coord.). Novo Código de Processo Civil: principais alterações do sistema processual civil. São Paulo: Rideel, 2014.

TARTUCE, Flávio. O novo CPC e o direito civil: impactos, diálogos e interações. São Paulo: Método, 2015.

4.2.5 Nome: Procedimento Comum: Instrução e Decisão

Ementa: Provas. Produção antecipada da prova. A ata notarial como meio de prova. Sentença. Elementos e efeitos da sentença. Fundamentação das decisões judiciais. Coisa julgada. Coisa julgada de questão prejudicial. Trânsito em julgado. A garantia da coisa julgada e a estabilidade das decisões judiciais. Relativização da coisa julgada, segurança jurídica e verdade real.

Referências:

GODINHO, Robson Renault. **Negócios Processuais sobre o Ônus da Prova no Novo Código de Processo Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LOURENÇO, Haroldo. Teoria dinâmica do ônus da prova no novo CPC. São Paulo: Método, 2015.

LUCCA, Rodrigo Ramina. O dever de motivação das decisões judiciais. Salvador: JusPodivm, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. Prova e Convicção, de acordo com o CPC de 2015. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

4.2.6 Nome: Liquidação e Cumprimento de Sentença

Ementa: Liquidação de sentença. A fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento relativa à execução fundada em título judicial.

Referências:

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (coord.). Breves comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.

4.2.7 Nome: Procedimentos Especiais

Ementa: Procedimentos especiais previstos no NCPC e em legislação própria. Usucapião familiar. Ação de consignação em pagamento, ação de exigir contas, possessórias, inventário e partilha, embargos de terceiro, regulação de avaria grossa, ação monitória. Procedimentos de jurisdição voluntária. Alimentos, alimentos gravídicos. Adjudicação compulsória. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Locação. Arbitragem

Referências:

DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: Atlas, 2015.

MACHADO, Antonio Claudio Costa. Novo CPC sintetizado e resumido. São Paulo: Atlas, 2015.

4.2.8 Nome: Processos de Execução

Ementa: Teoria Geral da Execução. Princípios informativos da execução. O Novo CPC e a perspectiva de efetividade do processo através dos atos de execução. Responsabilidade Patrimonial. Classificação das várias espécies de execução. Procedimentos de execução de obrigação de pagar, fazer e entregar. Tutelas específicas das obrigações. O protesto do nome do executado na obrigação de pagar. Penhora. Expropriação. Execução de prestação alimentícia. Execução contra a Fazenda Pública. Embargos do executado e de terceiros. Execução Fiscal.

Referências:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Novo Código de Processo Civil: modificações substanciais. São Paulo: Atlas, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo. São Paulo: RT, 2015.

4.2.9 Nome: Processos nos Tribunais - Recursos

Ementa: Teoria geral dos recursos. Os recursos à luz da garantia constitucional da razoável duração dos processos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos no novo CPC. Embargos de declaração. Embargos de declaração contra a sentença sem a devida fundamentação. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Procedimento recursal nos casos de voto vencido. Procedimentos dos recursos nos tribunais. Recursos excepcionais. Recurso extraordinário. Recurso especial. Recurso especial e extraordinário repetitivos. Agravo em recurso excepcional. Pressupostos constitucionais de admissibilidade.

Referências:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Novo Código de processo civil: principais modificações. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.

4.2.10 Nome: Precedentes Judiciais

Ementa: O precedente como fonte do direito. Teoria do precedente judicial e o NCPC. Os precedentes vinculantes à luz dos princípios constitucionais. Formação, aplicação e superação dos precedentes judiciais. Precedentes judiciais obrigatórios, vinculantes ou normativos. Precedentes judiciais impeditivos e permissivos. Busca pela uniformidade e estabilidade das decisões judiciais. Precedentes judiciais e tutela da evidência: O incidente de resolução de demandas repetitivas. Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos.

Referências:

CAVACANTI, Marcos. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas. Salvador: JusPodivm, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. A ética dos precedentes: justificativa do novo CPC. São Paulo: RT, 2015.

4.2.11 Nome: Processos nos Tribunais – Ações de Competência Originária

Ementa: Competência dos Tribunais. Composição e Funcionamento. Homologação e Sentença Estrangeira. Ação Rescisória.

Referências:

DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

FLEXA, Alexandre; MACEDO, Daniel; BASTOS, Fabrício. Novo Código de Processo Civil: temas inéditos, mudanças e supressões. Salvador: JusPodivm, 2015.

4.2.12 Nome: Reflexos do Novo CPC nas Leis Processuais Especiais

Ementa: Lei de Alimentos, alimentos gravídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Locação. Arbitragem. Código de Defesa do Consumidor.

Referências:

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; CÂMARA, Alexandre Freitas (coord.). Novo CPC: reflexões e perspectivas. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

ALVIM, Thereza Arruda. **O Novo Código de Proc. Civil Brasileiro-Sistematização, Parte Geral, Parte Especial e Procedimentos**. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

4.2.13 Nome: Reflexos do Novo CPC nos Juizados Especiais

Ementa: Procedimentos especiais previstos no NCPC e em legislação própria. Juizado Especial Cível, Juizado Especial Federal, Juizado Especial da Fazenda Pública.

Referências: livros, periódicos, sites, vídeos, etc.

MEDINA, José Miguel Garcia; **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

4.2.14 Nome: O Novo Processo Constitucional

Ementa: Processo e Direitos Fundamentais. Visão Constitucional do Processo. A Concretização dos Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Histórico Constitucional do Processo Civil Brasileiro. Jurisdição Constitucional. Controle de constitucionalidade dos atos normativos. A tutela dos interesses metaindividuais. O Mandado de Segurança, a Ação Civil Pública e a Ação Popular.

Referências:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

4.2.15 Nome: Reflexos do Novo CPC no Processo Tributário

Ementa: Principais impactos do novo CPC para o processo tributário. Decisão judicial e coisa julgada em matéria tributária e o art. 489 do novo CPC. Reflexos do Novo Código de Processo Civil na execução fiscal. O precedente judicial em matéria tributária. As tutelas de urgência e evidência nas ações tributárias. Novo regime jurídico da remessa necessária. O Incidente de Resolução de demandas repetitivas e seus reflexos nas demandas tributárias. A responsabilidade tributária e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Referências:

CAMPOS, Dejalma de. **Direito processual tributário**. São Paulo: Atlas

MARTINS, Ives Granda da Silva(Coord). **Processo Judicial Tributário**. São Paulo: Editora Quartier Latin

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário**. São Paulo: Atlas

4.2.16 Nome: Reflexos do Novo CPC no Processo Trabalhista

Ementa: Função Jurídica do Estado e Processo. Processo, procedimento e rito. Organização Judiciária Trabalhista. Processo e Procedimento Comum nos Dissídios Individuais. Procedimentos aplicados à Justiça de Trabalho. Recursos trabalhistas.

Referências:

CAMPOS BATALHA, Wilson de Souza. **Tratado de Direito Judiciário do Trabalho**. São Paulo: LTr

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

MESSA, Élisson(Coord.). **O novo Código de Processo Civil e seus Reflexos no Processo do Trabalho**. Salvador: Editora Juspodivm

4.2.17 Nome: Metodologia da Pesquisa

Ementa: Tipos de conhecimento. Ciência. A pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A linguagem do trabalho científico. Aspectos técnicos de apresentação do trabalho científico. Elaboração de projeto de pesquisa.

Referências:

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132 p.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 182 p. ISBN 9788532618047.

4.2.18 Nome: Metodologia do Ensino

Ementa: A didática do ensino e a ciência jurídica. O processo ensino/aprendizagem. Técnicas de ensino em grupo e individual. Planejamento e Avaliação.

Referências:

GIL, Antonio Carlos,. **Metodologia do ensino superior / Antonio Carlos Gil**. São Paulo: Atlas, 1990. 111 p. ISBN 8522405999

REMPEL, Claudete. A metodologia do ensino superior como apoio ao docente universitário. **Educere**, Umuarama , v.9, n.2, p. 103-118, jul./dez. 2009.

ROCHA, Manoel José Fonseca. **Metodologia do ensino superior**. Indaial: Asselvi, 2009. 86 p. ISBN 9788578301750.

4.3 Dados relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso

Disciplina: Normas Fundamentais do Processo Civil Disciplina: Processos nos Tribunais – Recursos Disciplina: Precedentes Judiciais	
Nome do professor	Oscar Valente Cardoso
Endereço	Rua Artista Bittencourt, 160, ap. 503, Centro 88020060 - Florianópolis, SC – Brasil
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/0957260204562486
E-mail	oscar.cardoso@trf4.jus.br
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001), Mestrado em Direito e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), além de Especialização em Direito Público pela UNIVALI/IJUFE (2005), em Direito Constitucional pela UNISUL (2008), em Direito Processual Civil pela UNISUL (2009), MBA em Comércio Internacional pela FATEC (2009) e MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pela FACINTER (2011). Foi Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal, de 12/2012 a 12/2014. Atualmente é Juiz Federal na 4ª Região (desde 05/2006), Doutorando em Direito (UFRGS) e Professor da Escola Superior da Magistratura Federal de Santa Catarina (ESMAFESC). Integra o Conselho Editorial da Revista Síntese Direito Previdenciário e da Revista Jurídica da AJUFESC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público (Constitucional, Administrativo, Previdenciário e Tributário), Processual Civil e Internacional.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Disciplina: Metodologia do Ensino	
Nome do professor	Daniela Tomio
Endereço	Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Exatas e Naturais. Rua Antônio da Veiga, 140 - Centro 89012900 - Blumenau, SC - Brasil
Titulação	Doutora
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/8383031584501078
E-mail	danitomiobr@gmail.com
Experiência acadêmica	Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas, Mestre em Educação e Doutora em Educação Científica e Tecnológica - PPGET/UFSC. Docente pesquisadora na Universidade Regional de Blumenau, nos cursos de Pós-graduação Mestrado em Educação e Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática e na graduação e especialização na Área Educação, Ciência e Pesquisa. Editora do periódico científico FURB - Revista Dynamis. Trabalha na formação inicial e continuada de professores da educação básica e do ensino superior. Coordenadora do Sub-projeto PIBID Biologia. Atua principalmente nas seguintes áreas: Formação de professores; Metodologia do Ensino de Ciências e Educação Ambiental e Metodologia da Pesquisa.

Disciplina: Sujeitos do Processo e Intervenção de Terceiros Disciplina: Reflexos do novo CPC no Processo Tributário	
Nome do professor	Gislaine Carpena
Endereço	Av. Arno Carlos Gracher n. 57 – sala 212 - Centro Brusque, SC – Brasil
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/7212891507437015
E-mail	gcarpena@ig.com.br
Experiência acadêmica	É mestre em ciência jurídica pela UNIVALI. Especialista em Direito Ambiental e Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista. É professora do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, Professora do Núcleo de Prática Jurídica da Unifebe e Sócia - Escritório de Advocacia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental e Tributário.

Disciplina: Procedimentos Especiais	
Nome do professor	Luiz Gustavo Lovato
Endereço	Av. Rio Branco 817/ sala 202 Centro 88015-203 - Florianópolis, SC - Brasil
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/1749476576891851
E-mail	escritório@lovatoeport.com.br

Experiência acadêmica	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo (2001), pós-graduado em Direito Privado pela UNIJUÍ (2004) e mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Advogado militante e associado do escritório Lovato & Port Advogados. Professor horista dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL e professor horista dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Faculdade Cesusc, mantida pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina. Professor convidado da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC e da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - ESMP, Membro da Comissão Temporária para Estudo do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil da OAB/SC. Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa Novos direitos e sociedade, da UNISUL. Autor das obras Contratos Eletrônicos e Curso de Processo Civil volumes 2, 3, 5 e 6, todos pela editora Lumen Juris.
-----------------------	--

Disciplina: Atos Processuais e Tutela Provisória	
Nome do professor	Zenildo Bodnar
Endereço	Rua Uruguai, 458 – Fazenda 88302220 - Itajaí, SC – Brasil
Titulação	Doutor
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/9173159162465306
E-mail	zenildo.bodnar1@gmail.com
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1998), Mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2003); Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU - Cidade) pela UFSC na linha de pesquisa Meio Ambiente e Planejamento Urbano; Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), Pós Doutorado em Direito Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina e Pós Doutorado em Direito Ambiental na Universidade de Alicante (Espanha). Atualmente é Juiz Federal Titular da 3ª Turma Recursal de Santa Catarina. Professor no Doutorado e Mestrado em Ciência Jurídica e no Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí; Professor da Escola Superior da Magistratura Federal de Santa Catarina; APAJUFE, Escola Superior da Magistratura Estadual de Santa Catarina e na Escola do Ministério Público em Santa Catarina. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental, Processual e Processo Coletivo, Urbanístico, Constitucional, Tributário e Civil. Ocupa a cadeira n. 07 da ACALEJ - Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

Disciplina: Procedimentos Comum: Instauração e Saneamento
Disciplina: Liquidação e Cumprimento de Sentença
Disciplina: Processos de Execução

Nome do professor	Vicente de Paula Ataíde Junior
Endereço	Rua Voluntários da Pátria, 532 – Centro Curitiba, PR – Brasil – CEP: 80.020-000
Titulação	Doutor
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/8067162391395637
E-mail	vicente.junior@trf4.jus.br
Experiência acadêmica	Professor de Direito Processual Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Juiz Federal titular da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná (em Curitiba). Também professor de Direito Processual Civil em diversas outras entidades, entre elas a Escola da Magistratura Federal do Paraná, o Instituto Romeu Bacellar e a Faculdade de Pinhais (FAPI-PR). Foi Promotor de Justiça do Ministério Público de Rondônia (1996-2002). Pesquisa a construção de um novo método para a investigação e a produção do direito processual civil, com base no pragmatismo jurídico. Pesquisa também os impactos do novo Código de Processo Civil brasileiro (2015) no sistema de justiça civil.

Disciplina: Procedimentos Comum: Instrução e Decisão	
Disciplina: Reflexos do novo CPC nos Juizados Especiais	
Nome do professor	Vilian Bollmann
Endereço	Vara Federal de Blumenau. Rua Padre Roberto Landell de Moura, 54 Centro - Blumenau, SC – Brasil Telefone: (47) 32315800
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/7997873485511196
E-mail	vilian.bollmann@trf4.jus.br
Experiência acadêmica	Mestre em ciência jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2007). Bacharel em Ciências da Computação (UFSC, 1993) e bacharel em Direito (UNIVALI, 2000). Autor de quatro livros: [1] Hipótese de Incidência Previdenciária; [2] Juizados Especiais Federais; [3] Novo Código Civil: Princípios, inovações na Parte Geral e Direito Intertemporal e [4] Previdência e Justiça: o Direito Previdenciário no Brasil sob o enfoque da Teoria da Justiça de Aristóteles. É juiz federal desde 2002, atuando nas áreas de Direito Previdenciário, Ambiental, Aduaneiro e Criminal. Lecionou as disciplinas de Interpretação Jurisprudencial, na graduação, e Processo Civil, na Pós-graduação. Finalista do 2o Prêmio de Qualidade EMAGIS, do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, com o trabalho "Medindo o tempo no processo penal". Foi Diretor Tesoureiro da AJUFE para o biênio 2008/2010 e Secretário-Geral no biênio 2012/2014, Presidente da AJUFESC (Associação dos Juizes Federais do Estado de Santa Catarina) de julho de 2006 a dezembro de 2007 e no biênio 2011/2013, e um dos Coordenadores do FONAJEF

	(Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais) no biênio 2005/2006.
--	---

Disciplina: Processos nos Tribunais – Ações de Competência Originária	
Nome do professor	Luiz César Medeiros
Endereço	Rua Álvaro Milen da Silveira, 208, sala 512 - centro 88020-901 - Florianópolis, SC - Brasil
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/1555802144100996
E-mail	asscor@tjsc.jus.br
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1979) e Mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Atualmente é professor da Escola Superior da Magistratura Catarinense - ESMESC, Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público - EPAMPSC e Associação Catarinense de Ensino - Faculdade de Direito de Joinville - Curso de Pós Graduação "lato sensu", especialização em Direito Civil.
Disciplina: Reflexos do novo CPC nas Leis Processuais Especiais	
Nome do professor	Pedro Miranda de Oliveira
Endereço	Avenida Desembargador Vítor Lima - até 398/399 Trindade 88040400 - Florianópolis, SC - Brasil
Titulação	Doutor
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/2778014628424627
E-mail	pedro.mirandadeoliveira@hotmail.com
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). É professor de Processo Civil nos cursos de mestrado e graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É membro do corpo editorial da Revista de Processo - RePro. É membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP, da Academia Brasileiro de Direito Processual Civil - ABDPC e do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal - IIDP. É Presidente da Comissão de Estudos do Novo Código de Processo Civil da OAB-SC. É advogado e consultor jurídico. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Constituição e processo, princípios constitucionais do processo civil, tutela jurisdicional dos direitos fundamentais, precedentes judiciais, teoria geral dos recursos, recursos em espécie e repercussão geral no recurso extraordinário. Pesquisador do CNPq - Líder do grupo Processo e jurisdição UFSC/CNPq.

Disciplina: O novo Processo Constitucional
--

Nome do professor	Clenio Jair Schulze
Endereço	Avenida Arno Carlos Gracher - Centro 88350310 - Brusque, SC - Brasil
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/8948874571106150
E-mail	clenio.schulze@trf4.jus.br
Experiência acadêmica	Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali (Capes 5). Professor da Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina ESMAFESC. Professor da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina ESMESC. Professor da Escola da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina - Amatra 12. Professor da Escola do Ministério Público de Santa Catarina. Juiz Federal na 4ª Região, lotado na Subseção Judiciária de Brusque/SC. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça CNJ (2013/2014)

Disciplina: Reflexos do novo CPC no Processo Trabalhista	
Nome do professor	Desirré Bollmann
Endereço	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO. Rua Esteves Júnior, sem número - Centro 88015-000 - Florianópolis, SC - Brasil Telefone: (48) 2164000
Titulação	Mestre
Lattes (nº)	http://lattes.cnpq.br/1419676372407627
E-mail	desirre.bollmann@trt12.jus.br
Experiência acadêmica	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), é especialista em Relações Internacionais para o MERCOSUL pela Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL (2005) e mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Atualmente é juíza do trabalho - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO e exercendo também a função de conselheira na coordenação técnico científica da ESCOLA JUDICIAL e juíza gestora auxiliar do Programa Trabalho Seguro, ambos do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIAO. É docente no Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho mantida pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) bem como professora e coordenadora do Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura do Trabalho promovida pela Associação dos Magistrados do trabalho da 12ª Região em convenio com a UNIASSELVI Universidade do Alto Vale do Itajaí enquadrado para fins acadêmicos na modalidade de Pós Graduação lato sensu a titulo de Especialização. Possui interesse em teoria do Direito, Filosofia do Direito, Sociedade, Controle Social, Sistema de Justiça, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

4.3 Dados Estatísticos do Corpo Docente:

a) Informações gerais

Nº total de docentes que ministrarão o curso: 11

Nº docentes pertencentes ao quadro permanente da Unifebe: 01

Nº de docentes externos à Unifebe: 10

b) Titulação

Nº de Especialistas: 00

Nº de Mestres: 07

Nº de Doutores: 04

4.4 Metodologia de Ensino

As aulas serão ministradas às sextas-feiras a noite e sábados pela manhã e tarde quinzenalmente, conforme cronograma. Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e horário de funcionamento, com conhecimento e aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Proppex e total aceitação da turma.

Em consonância com o Regulamento da Pós Graduação aprovado pela resolução CA nº 43/11, de 30/11/11, as aulas poderão ser oferecidas na modalidade **presencial** conforme cronograma ou **semi-presencial** respeitada a carga horária estabelecida de 20% da carga horária total da disciplina.

Como metodologia de ensino, as aulas poderão ser expositivas, com debates, seminários, trabalhos em grupo, ficando a avaliação do desempenho dos alunos sob a responsabilidade do professor.

Nenhuma disciplina do curso de graduação pode ser usada para crédito de especialização.

a) Critérios para aprovação nas disciplinas

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

CONCEITO	SIGNIFICAÇÃO	REF. NUMÉRICO
<i>A</i>	<i>Excelente</i>	<i>9,0 a 10,0</i>
<i>B</i>	<i>Bom</i>	<i>7,0 a 8,9</i>
<i>C</i>	<i>Regular (Deverá ser compensado por conceito (A) em outra disciplina, para efeitos de média geral de aprovação)</i>	<i>5,0 a 6,9</i>
<i>D</i>	<i>Insuficiente</i>	<i>0,0 a 4,9</i>

- A obtenção de no mínimo, média global “B”, acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, em cada disciplina, confere o direito à aprovação ao número de créditos cursados.
- Para cada conceito “C” obtido na realização de uma disciplina, o discente deverá compensar com um conceito “A” em outra disciplina para manutenção da média global igual ou superior a “B”.
- Ao aluno que concluir o TCC (artigo Científico) e todas as disciplinas com frequência e conceito exigidos, será emitido o **Certificado de Especialista nome do curso**.
- Receberá Certificado de **Aperfeiçoamento** o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 180 horas de conteúdo específico.
- Receberá Certificado de **Atualização** o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 179 horas de conteúdo específico.
- A entrega do conceito final para cada disciplina não deverá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia da entrega do trabalho final ao professor responsável.

b) Avaliação Final: TCC (Artigo Científico)

A elaboração do artigo científico é de responsabilidade do aluno e poderá se iniciar a partir do oferecimento da disciplina de Metodologia da Pesquisa, sendo que a entrega final deverá ser efetuada em até 06 (seis) meses após o término da última disciplina. Somente em situações excepcionais o prazo da entrega do artigo científico

poderá ser prorrogado por até 02 (dois) meses, a juízo do professor de Metodologia da Pesquisa e da Coordenação do respectivo curso.

A elaboração do TCC deve estar em consonância com o regulamento da Pós-Graduação da Unifebe, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011, onde constam as orientações e as normas para elaboração do artigo científico estão contidas no **Regulamento da Revista da Unifebe**.

c) Recursos físicos e materiais a serem utilizados:

- Local e Horário de Funcionamento: Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e do horário de funcionamento. Porém, será definido com a turma.

- Instituições (salas de aula, laboratórios, etc.): Sala de aula equipada com projetor multimídia.

- Biblioteca (acervo bibliográfico): A instituição disponibilizará aos acadêmicos o acervo existente na Biblioteca da Unifebe em Brusque-SC. Obras indicadas pelos professores e que não constam na biblioteca deverão/poderão ser adquiridas pelos alunos.

- Recursos de Informática: Mediante agendamento prévio no Laboratório de Informática da Unifebe.

d) Processo Seletivo

Inscrição para seleção: a seleção será feita pela média geral do histórico escolar do ensino médio.

Pré-requisitos para ingresso no curso:

- Formulário de Inscrição;
- Cópia do diploma do curso superior (frente e verso);
- Cópia do histórico escolar do curso de graduação (frente e verso);
- 1 foto 3x4;
- Cópia Carteira de Identidade e CPF ou CNH;
- Pagamento da taxa de inscrição.

5 Recomendações